

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45

Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

Construindo uma nova história! Adm. 2017/2020

LEI 1105/2020

SÚMULA: SÚMULA: Regulamenta a utilização dos veículos oficiais na Câmara Municipal de Cantagalo/PR, e dá outras providências.

A câmara Municipal de vereadores de Cantagalo, Estado do Paraná, <u>APROVOU</u> em sessão ordinária n° 13/2020 em 17 de Agosto de 2020, e eu <u>Jair Rocha da Silva</u>, <u>Prefeito Municipal</u> no uso das atribuições que me são conferidas pela lei orgânica no art. 80 §1°, inciso a, Sanciono e promulgo a seguinte Lei:

LEI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O uso de veículos oficiais e a prestação do serviço de transporte terrestre no âmbito da Câmara Municipal de Cantagalo/PR são regulamentados por esta Lei.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, consideram-se oficiais os veículos automotores de propriedade da Câmara Municipal.

- Art. 2º Os veículos oficiais têm por finalidade assegurar o transporte de pessoas e bens necessários ao desenvolvimento das atividades da Câmara Municipal, sendo expressamente vedada a utilização para fins particulares.
 - Art. 3º A utilização dos veículos compreende o transporte de:
 - I Vereador, no exercício da atividade parlamentar;
 - II servidores efetivos e comissionados, em serviço;
- III prestador de serviços contratados pela Câmara Municipal, para o exercício de suas funções ou para a execução de serviço externo;
 - IV autoridade em visita oficial à Câmara Municipal;
- V documentos e pequenas cargas referentes ao desenvolvimento das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal.
 - VI Vereadores em representação oficial.

Parágrafo Único. O veículo em representação oficial será utilizado exclusivamente:

I - pelo Presidente da Câmara Municipal;

II - pelo Vereador que assumir a Presidência em exercício, nas hipóteses legais;



ESTADO PARANA

CNPJ 78.279.981 /0001-45 Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

> Construindo uma nova história! Adm. 2017/2020

III - por qualquer Vereador, quando representando o Presidente em eventos oficiais, mediante designação deste.

DO ABASTECIMENTO E DA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS

Art. 4º Para o abastecimento de combustível e a manutenção de veículos oficiais a Câmara Municipal observará a legislação vigente.

Parágrafo único. O controle de abastecimento será realizado também através do Diário de Bordo, em conformidade com Decreto a ser expedido, devendo ser registrados pelo condutor o dia e a hora do abastecimento, a quilometragem do veículo e a quantidade de combustível colocado.

Art. 5º Quando, durante viagem, houver necessidade de reparos inadiáveis no veículo oficial, o seu condutor providenciará para que eles sejam realizados, mediante reembolso, a partir de documentos que comprovem as despesas entregues ao Setor Contábil.

Parágrafo único. Os reparos inadiáveis mencionados no artigo anterior se referem a pequenos danos e que impeçam a continuidade da viagem.

Art. 6º Para a comprovação das despesas de combustível, e de manutenção de veículo oficial o condutor exigirá cupom fiscal contendo nome condutor, placa do veículo, km e horário do abastecimento e a nota fiscal contendo, placa do veículo, km e horário do abastecimento.

Parágrafo único. É vedada a contratação de serviço prestado por pessoa física, salvo em localidade que não possua a infraestrutura adequada, hipótese em que deverá ser exigido recibo em nome do condutor para o reembolso.

DO USO E MOVIMENTAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS

Art. 7º O veículo oficial será conduzido por pessoas habilitadas de acordo com as leis de trânsito, sendo eles servidor efetivo, comissionados e/ou vereadores.

Parágrafo único. Em caso de nomeação de servidor ocupante do cargo efetivo de Motorista o mesmo será exclusivamente o condutor dos veículos, salvo em caso de força maior, devidamente justificado.

Art. 8° O veículo oficial será utilizado nos dias úteis, no horário das 8:00 horas às 17:00 horas.

Parágrafo único. Fora dos dias e horários previstos no caput deste artigo, os veículos oficiais circularão mediante autorização do Presidente da Mesa Diretora ou seu substituto legal.

DO CONTROLE DA CIRCULAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS

- Art. 9º O controle de circulação de veículo oficial no Município ou durante a realização de viagem será feito por meio do registro no Diário de Bordo, que constará:
 - I Informações do veículo (veículo e placa);
 - II Data saída e chegada:
 - III Horários de saída e chegada;
 - IV Quilometragem do veículo de saída e chegada;
 - V Informações do abastecimento (NF, km, Tipo Combustível);
 - VI Destino;
 - VII Usuário;



Prefeitura do Município de Cantagalo ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45 Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

Construindo uma nova história! Adm. 2017/2020

VIII - Assinatura;

IX - Ocorrências dos veículos;

- Art. 10 A solicitação de veículos para uso fora dos limites do Município de Cantagalo/PR deverá ser feita exclusivamente ao Presidente da Mesa Diretora ou ao seu substituto legal para autorização, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas contadas do horário previsto para a execução da viagem, salvo na hipótese de comprovada urgência e observada a disponibilidade de veículos.
- § 1°. O Presidente do legislativo encaminhará a sua solicitação de uso do carro para a Mesa Diretora, a qual se autorizada deverá ser assinada pelos 3 membros.
- § 2°. O automóvel somente será liberado após verificado pela Diretoria Geral que a Carteira Nacional de habilitação do motorista responsável pela atividade, não está vencida e que o objetivo da sua utilização está de acordo com o previsto no artigo 3º desta Lei.
 - Art. 11. É vedado o uso de veículo oficial:
- I sem a documentação e os equipamentos, em perfeito funcionamento, exigidos no CTB e nos regulamentos próprios, em especial o velocímetro e o hodômetro;
 - II sem a prévia checagem dos itens de segurança do veículo;
 - III sem que o seu condutor esteja habilitado de acordo com as leis de trânsito;
 - IV para o transporte de pessoas estranhas ao serviço em execução;
- V não poderão ser objeto de empréstimo a particular ou de cessão a qualquer título a pessoa física ou jurídica de direito privado;
- VI para buscar ou levar para casa vereador, servidor ou vereador mirim, exceto quando o deslocamento for para fora do Município de Cantagalo-PR ou estiver no itinerário;
 - VII- por vereador licenciado ou afastado do cargo;
 - VIII para ceder carona a terceiros e transportar encomendas de qualquer natureza.
 - XIX para transportar ou distribuir material estranho às atividades da Câmara de Vereadores
- XX para visitas de interesse político-partidários de vereadores, como participação de congressos de partidos políticos, recepções a políticos que tiverem em campanha, ainda que précandidatos.
- XXI para visitas a agentes políticos, que não seja para atividades parlamentares e de representação, devidamente justificada na solicitação do veículo.

Parágrafo único. O servidor que incorrer em prática de ato vedado neste artigo responderá por infração ao dever funcional, a ser apurada em processo administrativo.

- Art. 12. Os veículos oficiais:
- I deverão ser segurados contra acidentes e danos a terceiros e conter rastreamento contratado;
- II deverão portar placas de veículos oficiais em conformidade com as especificações e os modelos estabelecidos no Código de Trânsito Brasileiro - CTB - e nos regulamentos próprios;
- III deverão ter identificação nas portas dos veículos oficiais em conformidade com a Lei 999/2017 de 04/07/2017 contendo:
- I Câmara Municipal de Cantagalo-PR com brasão, com tamanho da identificação de 30 x 30 cm centímetros.
 - I numeração específica do veículo.
 - Art. 13. Os veículos oficiais serão guardados:
- I na garagem da Câmara Municipal de Cantagalo/PR, sob responsabilidade do Diretor Geral.



ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45 Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

> Construindo uma nova história! Adm. 2017/2020

II - quando em viagem, em local apropriado e seguro, sob responsabilidade do Condutor.

DOS DEVERES DO CONDUTOR DE VEÍCULO OFICIAL

- Art.14. São deveres do condutor de veículo oficial, além dos previstos em outras normas:
- I portar os documentos exigidos por lei e apresentá-los aos fiscais de trânsito e da Polícia Rodoviária, sempre que solicitado;
 - II respeitar as leis de trânsito e fazer uso correto do cinto de segurança;
 - III atender rigorosamente às indicações e sinalizações oficiais de trânsito;
- IV redobrar os cuidados e a atenção quando trafegar sob chuva ou em rodovia não pavimentada;
 - V não dirigir sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos;
 - VI não conduzir pessoas estranhas ao serviço em execução;
 - VII não ceder a direção a terceiros;
- VIII zelar pela limpeza, conservação e manutenção dos veículos sob sua responsabilidade, observando, em especial, os seguintes cuidados:
 - a) calibragem dos pneus;
 - b) nível de óleo do motor;
 - c) nível do fluido do radiador;
 - d) condição dos pneus, dos freios e da bateria;
 - e) funcionamento dos faróis e faroletes e dos limpadores de para-brisa;
- IX inspecionar o veículo antes de utilizá-lo e comunicar ao servidor responsável pelo Setor de Patrimônio qualquer falha ou defeito verificado, visando providenciar, em tempo hábil, a troca de equipamento ou o ajuste ou conserto necessário;
- X observar, no perímetro urbano, os seguintes limites quando não houver sinalização específica relativa à velocidade máxima permitida:
 - a) 40 Km/h em geral; e
 - b) 60 Km/h nas vias expressas;
- XI não se afastar do veículo enquanto ele não estiver regularmente estacionado e devidamente trancado;
- XII ter zelo pelos acessórios, ferramentas e peças de utilização eventual que acompanham o veículo quando de sua circulação, responsabilizando-se por qualquer dano, se agir com culpa ou dolo, mediante ressarcimento à Câmara Municipal;
 - XIII não dirigir utilizando aparelhos eletrônicos;
 - XIV observar o disposto nesta Lei.
 - XV Não desviar rotas sem autorização;
- XVI Não fumar, tomar café, ingerir bebidas que não seja água ou consumir alimentos dentro do veículo;
 - XVII Não deixar lixo dentro do veículo;
 - XVIII devolver as chaves do veículo para o responsável pelo agendamento; e
- XIX relatar os motivos no caso de sinistro, através de ofício, à Presidência da Câmara de Vereadores de Cantagalo/PR.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo constitui infração ao dever funcional, a ser apurada em processo administrativo.



ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45 Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

> Construindo uma nova história! Adm. 2017/2020

DAS OCORRÊNCIAS E DAS RESPONSABILIDADES Das Infrações à Legislação de Trânsito

- Art.15. As normas do CTB e dos regulamentos próprios de trânsito devem ser rigorosamente observadas pelo condutor de veículo oficial, por seus usuários.
 - Art.16. O condutor de veículo oficial é responsável:
- I pelas infrações (multas, etc) decorrentes de atos praticados na direção do veículo previsto no CTB e nos regulamentos próprios;
 - II por qualquer dano decorrente do transporte impróprio ou excessivo.

DOS PAGAMENTOS DE MULTAS E DAS RESPONSABILIDADES

- Art. 17. A responsabilidade pelo pagamento das multas advindas de infrações às normas de trânsito, aplicadas aos veículos oficiais, caberá ao condutor, exceto se este comprovar que a infração é improcedente.
- Art. 18. O pagamento de que trata o artigo anterior, poderá ser efetuado diretamente ao órgão de trânsito que aplicou a infração com posterior comprovação junto à Secretaria da Câmara.
- Art. 19. Todas as notificações emitidas pelo órgão de trânsito deverão ser recepcionadas pela Secretaria da Câmara, que dará ciência ao condutor para que ele preencha o respectivo campo da notificação preliminar como sendo o responsável pela infração, independente de culpa ou dolo.
- § 1º imediatamente após o recebimento da notificação dos órgão oficiais sobre as multas, o Diretor Geral deverá instaurar procedimento administrativo para verificar as circunstancias da multa, podendo ser solicitada a Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização para condução do processo, com finalidade de apuração dos fatos para registro e para identificar possível mau uso do veículo.
- $\S~2^{\circ}$ Assim que identificado o condutor, este deverá explicar por escrito as circunstâncias em que cometeu a infração.
- §3° Caberá ao Diretor Geral a responsabilidade de exigir do condutor infrator o pagamento de multas aplicadas quando da utilização do veículo
- § 4° Caberá ao Diretor Geral as responsabilidades cabíveis de identificar o condutor infrator diante dos órgãos de trânsito. Não o fazendo, lhe será imputado, solidariamente ao Presidente do Legislativo, o dever de pagamento das multas advindas da não identificação do condutor.
- § 5° Em caso de suspeita de uso irregular do veículo, como multas fora de rota, deverá ser aprofundada a investigação para saneamento de qualquer questão.
- Art. 20. Fica a critério do condutor infrator a apresentação da Defesa Prévia e dos respectivos Recursos junto ao competente órgão de trânsito, não o eximindo, entretanto, ao final, dependendo do resultado, do pagamento da multa.

Parágrafo único. Em caso de o condutor não apresentar defesa, este deverá pagar a multa até o vencimento, não o fazendo, a Câmara deverá recolher a multa de trânsito para permitir o tráfego dos veículos oficiais, ressarcindo-se de seu valor integral mediante desconto em folha no mês seguinte ao pagamento na forma e limite previsto no § 2°, do art. 21.

Art. 21. Em não podendo ser prontamente identificado o infrator, o Poder Legislativo fica autorizado a pagar multas de trânsito decorrentes de infração à legislação de trânsito, cometidas por seus vereadores ou servidores no uso de veículos oficiais, contudo, obrigatoriamente, sob pena de



ESTADO PARANA

CNPJ 78.279.981/0001-45 Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

Construindo uma nova história! Adm. 2017/2020

responsabilidade, deverá instituir processo para apurar o infrator, onde será oportunizada a ampla defesa e o contraditório.

- § 1º O processo será aberto imediatamente após a comunicação ou conhecimento da multa independente da data que lhe for efetivado o respectivo pagamento.
- § 2º O valor correspondente a multa de trânsito paga pela Câmara deverá ser restituído aos cofres públicos, após o término do processo, podendo, sem a necessidade de autorização pelo servidor, ser descontado em folha de pagamento em parcelas mensais, até o limite de (03) três parcelas.
- Art. 22. Além da hipótese do caput do art. 21, a Câmara Municipal também poderá recolher a multa de trânsito para permitir o tráfego dos veículos oficiais, ressarcindo-se de seu valor integral mediante desconto em folha na forma e limite previsto no § 2º, do art. 21.
- Art. 23. Após a entrada em vigor desta Lei, os condutores de veículos de propriedade da Câmara Municipal, deverão comunicar por escrito ao Presidente, a existência de qualquer irregularidade ou defeito constatado nos mesmos, que demande a necessidade de manutenção preventiva, com o objetivo de evitar o cometimento de algum tipo de infração de trânsito.

Parágrafo único. Caso venham a ocorrer infrações de trânsito por alguma irregularidade ou defeito no veículo, e seu condutor comprove que tal irregularidade já havia sido comunicada previamente, a responsabilidade pela infração e pelo seu pagamento passa a ser do responsável pela manutenção do veículo.

DA OCORRÊNCIA DE SINISTROS E DAS RESPONSABILIDADES

- Art. 24. Em caso de sinistro e estando em condições, o condutor deverá comunicar imediatamente o Diretor Geral, que acionará o seguro.
- Art. 25. Imediatamente após a ocorrência, será iniciado Procedimento Administrativo por comissão formada especificamente para o caso, podendo ser solicitada a Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização para condução do processo, com finalidade de apuração dos fatos para registro e identificação e responsabilização dos envolvidos, no caso de dolo ou culpa.
- Art. 26. Ocorrendo dando ao veículo oficial e confirmada pela comissão a responsabilidade do condutor, com dolo ou culpa, este arcará com o ressarcimento em montante até o valor da franquia estipulada no contrato de seguro.
 - Art. 27. Esta Lei vigora na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

DA COMISSÃO PARA APURAÇÃO DOS FATOS E DAS RESPONSABILIDADES

- Art. 28. Para apuração dos fatos e responsabilidades descritos nessa lei, como multas, acidentes e mau uso do veículo, poderá ser formada comissão específica com três membros ou, na falta dela, os fatos deverão ser apurados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização.
- § 1°. A Comissão terá 30 (trinta) dias para finalizar o procedimento, podendo ser prorrogado justificadamente por mais 15 (quinze) dias.
 - Art. 29. O procedimento de investigação deverá conter as seguintes peças:
 - I Da análise dos fatos



CNPJ 78.279.981/0001-45 Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

> Construindo uma nova história! Adm. 2017/2020

II – Da defesa dos envolvidos

III - Da conclusão Prévia

IV - Do Parecer final e conclusivo.

DA OCORRÊNCIA DE MAU USO DOS VEÍCULOS E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 30. Imediatamente após o Procedimento Administrativo identificar o mau uso do veículo, deverá ser encaminhado relatório com a conclusão à presidência da Câmara e ao Ministério Público Estadual para providências cabíveis.

Art. 31. Essa lei entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Cantagalo-Estado do Paraná, 16 de Setembro de 2020.

Jair Rocha da Silva Prefeito Municipal

- PUBLICAÇÃO OFICIAL -





Prefeitura do Município de Cantagalo

CNPJ 78.279.981/0001-45 ela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

R DE MELLO MORELES INFORMATICA EPP, inscrita no CNPJ nº 07.161.411/0001-08, no valor total de R\$ 1.046,90 (mil reais quarenta e seis reais e noventa centavos);

Cantagalo, 18 de setembro de 2020.

IAIR ROCHA DA SILVA



Prefeitura do Município de Cantagalo

CNPJ 78.279.981 / 0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº. 41/2020 - PMC HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cantagalo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna pública a homologação do procedimento licitatório modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 41/2020 - PMC cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. HIGIENE E LIMPEZA DOS AMBIENTES PÚBLICOS, PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19, DESTINADOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO, de acordo com a ata e documentos anexos ao processo, às seguintes empresas:

- ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.014.370/0001-67, no valor total de R\$ 1.368,64 (mil trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos);
- AGM BIDDING COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.657.293/0001-21, no valor total de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos
- AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS, inscrita no CNPJ nº 05.919.156/0001-94, no valor total de 8.150,00 (oito mil cento e cinquenta reais);
- C F ANTONELLI EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 26.671.089/0001-01, no valor total de R\$ 5.650,00 (cinco mil seiscentos e cinquenta reais);



Prefeitura do Município de Cantagalo

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

- D G DOS SANTOS OLIVEIRA CONFECCÕES, inscrita no CNPI nº. 13.996.693/0001-66, no valor total de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos
- GDC DA SILVA COSTA EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 09.721.729/0001 21, no valor total de R\$ 5.060,00 (cinco mil e sessenta reais);
- LTS DA SILVA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 85.081.115/0001-00, no valor total de R\$ 15.834.00 (quinze mil oitocentos e trinta e quatro
- NARKA COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 84.949.668/0001-70, valor total de R\$ 25.152,20 (vinte e cinco mil cento e cinquenta e dois reais e vinte centavos);

Cantagalo, 18 de setembro de 2020.

JAIR ROCHA DA SILVA



Prefeitura do Município de Cantagalo

CNPJ 78.279.981/0001-45 ela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº. 45/2020 - PMC HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cantagalo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna pública a homologação do procedimento licitatório modalidade PREGÃO ELETRÔNICO No. 45/2020 - PMC cuio objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA VETERINÁRIA NO INTERIOR DO MUNICÍPIO E PARA RT - RESPONSABILIDADE TÉCNICA DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E AGROINDÚSTRIAS DE ORIGEM ANIMAL NO MUNICÍPIO DE CANTAGALO-PR, de acordo com

- JEFERSON FARIAS - ME (AGROFORTE ASSISTÊNCIA TÉCNICA), rita no CNPJ nº. 36.187.111/0001-04, ITEM 01, no valor total de R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais);

Cantagalo, 18 de setembro de 2020.

TAIR ROCHA DA SILVA Prefeito Municipal

a n° 13/2020 en 17 de Agosto de 2020, e eu <u>Jair Rocha da Silva, Prefeito</u> a n° 13/2020 en 17 de Agosto de 2020, e eu <u>Jair Rocha da Silva, Prefeito</u> a<u>l</u> no uso das atribuições que me 3ão conferidas pela lei orgânica no art. 80 51°.

- demonstrativo dos saldos disponíveis transferidos do exercido que se encerra para o práctio seguinte, contendo: termo de conferênda de saldo em caixo, termo de filosação de saldos banacirios, conciliação banaciria e relação de valores pertencentes a ceiros e regularmente confiados à guarda da tesouraria;



Prefeitura do Município de Cantagalo

Construindo uma nova história.

Construindo uma nova história.

da divida fundada interna e de operações de crédito, bem como
viltem a estimativa da divida flutuante;

- V relação dos compromissos financeiros de longo prazo, decorrentes de contratos de execução de obras e serviços, consórcios, convênios e outros, caracterizando o que já fe pago e o saldo a pagar;

- latório circunstanciado da situação atuarial e patrimonial do Instituto de ocida dos Servidores Públicos de Cantagalo-PR;

- § 2º Os documentos e as informações de que trata este artigo deverão ser apresentados até o dia 30 de novembro do ano de encersemento do mandato, salvo aqueles que dependam de consolidação ao final do exercido financeiro, que deverão ser apresentados até o dia 31 de dezembro do ano de enceramento do mandato;



Prefeitura do Município de Cantagalo 851A00 MARAMA (1979 2879/1803) (1983) (1983) (1984)

Construidos estas esta balidad.

Construidos uma sera balidad.

§ 3º O ato de crisção do comité de transição de governo e a respectiva composição serão comunicados, no prazo de 5 (cinco) dias contado do ato de criação, ao Poder Legislativo e ao Triburnal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta tel vigora na dais de





Prefeitura do Município de Cantagalo

- Art. 1º O mo de veicoles oficiaire e prestação do serviço de transporte terrestre no âmbito maras Amélicipal de canagado PP des repulsamentados por esta Lei. Partigarão fusico: Para os fina desta, considerame or éficiais os veiculos automotores de indicado en composições de Camara Municipal.

 Art. 2º Os veiculos oficiais têm por finalidade assegurar o transporte de pessoas e bema desta de camara Municipal. Calmara Municipal, actor de camara de composições de composições de camara de camara de composições de camara d



Prefeitura do Município de Cantagalo

DO USO E MOVIMENTAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS

ado. Art. 8º O veículo oficial será utilizado nos dias úteis, no horário das 8:00 horas às 17:00

DO CONTROLE DA CIRCULAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS



suos de partidos políticos, recepções a políticos que fiverem un sumpanio, a mantidate, para visitas a aguntes políticos, que não seja para atividades parlamentares e de entenção, devidemente printendas a aestidencidos devientos. Parlagrafo único O servidor que hospres em partira de do veclado neste arrigo respunderá finação ao dever funcional, a ser apundas un processo administrativo.

Art. 1.2 o vecudos eficiais.

1. devendo ser segurados contra acidentes e danos a terceiros e conter natreamento nado:

ontendo: ipal de Cantagalo-PR com brasão, com tamanho da identificação de 30 x



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

Para Cinderelo, 379 - Camiro - Certo 3510-0001 - Faren 42 3036-1185

DOS DEVERES DO CONDUTOR DE VEÍCULO OFICIAL

Art.14. São deveres do condutor de veiculo oficial, além dos previstos em outras normas:

1- postar os decumentos ecigidos por lei e apresentá-los aos fiscais de telestito e da Policia
firán, sempre que seliciado;

11- respeitar as leis de tránsitos fazer uso corres do cistos de segarança;

111- attoder ingromamente à instituções estar indicate destinis de telestiro;

1V - redobrar es cuidados e a atenção quando trafegar sob chavas ou em redovia não
matthe.

1 - Não destar lixo dentro do velocio;
II - devolver as chaves do veicio para o responsável pelo agendamento; e - relatar os motivos no caso de sinistro, através de oficio, à Presidência da Cámara de Genangajo/PR, grafo único. O descumpcimento do disposto neste artigo constitui infração ao dever per atravela em genocos polativistavios.

ESTADO PARANA

ONP. 78.279,981/0001-45

8ve Cinderele, 379 - Centro - CEP. 85160-000 - Ferrer 42 3636-1185

DOS PAGAMENTOS DE MULTAS E DAS RESPONSABILIDA

A responsabilidade pelo pagamento das multas advindas de infrações às normas de adas aos veículos oficiais, caberá ao condutor, exceto se este comprovar que a infração.

§3° - Caberta ao Diretro Geral a responsabilidade de exigir do conditore intrator o pagamento de militas pellos aña quando da utilização do vecidos de actual de destructores quando da utilização do vecido de securidade de actual de destructores de destructores de presentados de parte de trainsto. No de partea de partea de partea de partea de partea de securidade a la destructore de partea de p

defesa e o commádicios.

Fi O processo para aberto intellatamente após a comunicação con condecimento da multa findepondente da data que lho fie referisdo consequento pagamento.

Fo Varior correspondente a multa de tránsito paga pela Câmara deverá ser restituição aos confesiones de publicados, após o derimo do processo, podenda, sem a nocessidade de autorização polo servidar, ser descentado em folha de pagamento em parcelas mensais, até o limite de (03) três purcelas.

servacio, se escentancio em fonta de pagamento em purcelas mensais, até o limite de (03) reformada e pagamento em purcelas mensais, até o limite de (03) reformada e pagamento en purcelas mentante descone em desta hejestes de especia en tenta de traisito para permite o artigo des velocitos oficials, researcindo-se de sea vuel rintegral em anteita descone em folha au forma en vigor deria Lei, de 27, de nr. 21. A pois a estrada en vigor deria Lei, de 27, de nr. 21. A pois a estrada en vigor deria Lei, de 27, de nr. 21. A pois a estrada en vigor deria Lei, de 27, de nr. 21. A pois a estrada en vigor deria Lei, de 27, de nr. 21. A pois a estrada en vigor deria Lei, de 27, de nr. 21. A pois a estrada en vigor deria Lei, de 27, de nr. 21. A pois a estrada en vigor de 18, de 1

DA OCORRÊNCIA DE SINISTROS E DAS RESPONSABII

Doreste Garal, que nécimen à seguir.

Art. 2.5. Instillatement para courrieois, arei iniciado Procedimento Administrativo per censissio de Transcapare Para Caral, come a consiste de Orçanesto, Finanças e Finanças e Finanças de Caralda de Cara DA COMISSÃO PARA APURAÇÃO DOS FATOS E DAS RESPONSABILIDADA



Prefeitura do Município de Cantagalo

DA OCORRÊNCIA DE MAU USO DOS VEÍCULOS E DAS RESPONSABILIDADES nte após o Procedimento Administrativo identificar o mau uso do do relatório com a conclusão à presidência da Câmara e ao Ministério

Estadual para providências cabíveis.

Art. 31. Essa lei entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em

Jair Rocha da Silva Prefeito Municipal



Prefeitura do Município de Cantagalo

Construindo uma nova história! Adm. 2017/2020

Art. 1° - O subsidio mensal a ser percebido pelos vereadores da Câmara Municipal de Cantagalo, Estado do Paraná, para a legislatura de 2011 a 2024, será de R\$5.200,00 (cinco mill e duzentos reals). Art. 2° - O subsidio mensal do Presidente da Câmara Municipal será de R\$6.800,00 (sets mill e olto centos reals), devido a encessidade de desplación amior de tempo para a administração deste Poder. Art. 3° - Os subsidios dos vereadores serão pagos em parcela única, inexistindo outras vantagens.

acesdrias e nem pagamento de sessões extraordinárias.

Art. 4º - Os valores constantes dos artigos 1º e 2º poderão ser corrigidos anualimente, por Lei
sepcefica de iniciário da Clámara Municipal, assegurada a revisão geral anual na mesma data e
indice dos reajustes dos servidores públicos municipais, até o limite dos índices oficiais da inflação

acumulada no ano anterior. Art. 5° - Esta Lel entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1° de janeiro de 2022, em respeito à Lei Complementar 173/2020 de 27 de maio de 2020, revogando-



CNP) 78.279,981/0001-45 Rue Cinderelo, 379 · Centre · CEP, 83160-000 · Fener 42 3626-1185



CNP1 78.279.981/0001-45 Rvo Cindorolo, 379 - Centre - CEP, 85160-000 - Fone, #2 3636-1185

ra Municipal de vereadores de Cantagalo, Estado do Paraná, <u>APROVOU</u>, em sessão la n° 16/2020 em 14 de Setembro de 2020, e eu <u>Jair Rocha da Silva, Prefetto zal</u> no uso das atribuições que me são conferidas pela lei orgânica no art. 80 §1°, . Sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei fixa os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipai cípio de Cantagalo, Estado do Paraná, para o período compreendido entre 1º de Janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2024, em cumprimento ao que dispõe a

titulares de Pastas Municipais. Art. 2° - Os subsídios mensais do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, são fixados em parcelas únicas, nos seguintes valores mensais: I- Prefeito Municipal: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais)

Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei orgânica Municipal. Parágrafo Único: para os fins previsto nesta Lei consideram-se Secretário Municipal, os

II- Vice-Prefeito Municipal: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)

III- Secretários Municipais: R5 5,000,00 (from III el durator sale especial de la composition del composition de la composition della comp

Parágrafo Único: Não estão compreendidos entre as vantagens fixas e previstas no "caput" deste Artigo, as parcelas de caráter indenizatório ou relativas ao ressarcimento de despesas eempenho do cargo.

Art. 4" - Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, têm como limite máximo, os subsídios recebidos em espécie pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal

rederal.
Art. 5 - Os subsidios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, somente
poderão ser alterados através de Lei específica, de iniciativa da Câmara Municipai,
assegurada a revisão geral anual da mesma na data e nos indices do reajuste dos partir de 1° de janeiro de 2022, em respeito à Lei Complementar 173/2020 de 27 de mak

2020, especialmente seu Art. 8º, I, o valor do subsídio contido no Art. 1º passará a te

Município de Cantagalo-Estado do Paraná 16 de Setem

